



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

**PROJETO DE LEI Nº. 116, DE 29 DE JUNHO DE 2022.**

**Autoria: Poder Executivo**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR ÁREA DE TERRA DE SEU DOMÍNIO À BENEFICIÁRIA DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA “MORAR LEGAL”, ALDILENA SILVA DE CASTRO, CPF nº 983.159.942-04, FILHA DE JOSÉ ADÉRCIO CORREIA DE CASTRO E CECÍLIA SILVA DE CASTRO.**

A Câmara Municipal de Santarém, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que aprovou a seguinte proposta de Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar área de terra de seu domínio, à beneficiária do imóvel assim identificado no terreno situado na *“Travessa Belo Monte, nº 380, esquina com Rua Santos Dumont, Bairro Vigia, Zona Sul. Limitando-se: a Oeste, para onde faz frente, com Travessa Belo Monte, medindo 13,04 metros; ao Norte, com Rua Santos Dumont, medindo 35,54 metros; a Leste, com Abraão Barbosa do Nascimento (Lote nº 0002), medindo 05,82 metros; e ao Sul, com Domingos Batista Goes (Lote nº 0020), medindo 31,62 metros, com uma área total de 301,26m²”*, a ALDILENA SILVA DE CASTRO, CPF nº 983.159.942-04, Processo Administrativo nº 0847/2020 - SEHAB.

**Art. 2º** O ato de liberalidade com alcance de interesse social, visa consolidar regularização da fração do solo que a donatária ocupa, pessoa comprovadamente carente, incluída em condições de evidente vulnerabilidade socioeconômica, precisamente de baixa renda.

**Art. 3º** A utilização e uso do imóvel é de natureza exclusivamente residencial, não podendo alienar, permutar ou praticar qualquer outra forma de transferência do imóvel em prazo inferior a 05 (cinco) anos, da efetivação documental da doação.

**Art. 4º** A doação ficará automaticamente revogada, revertendo a propriedade do imóvel ao domínio pleno da Municipalidade de Santarém, se não cumprir com os encargos determinados no art. 3º desta Lei.

**Art. 5º** O imóvel objeto da doação ficará isento do recolhimento do seguinte tributo municipal: I – ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município doador para a Donatária, na efetivação da doação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Plenário “Vereador Benedito de Oliveira Magalhães”, 29 de junho de 2022.

**RONAN MANUEL LIBERAL LIRA JÚNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal de Santarém

**JOSAFÁ DA COSTA GONÇALVES**  
1º Secretário